

ANTROPOLOGIA E ECONOMIA: PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA CONTEXTOS BUROCRÁTICOS

ANTHROPOLOGY AND ECONOMICS: THEORETICAL AND METHODOLOGICAL DEVELOPMENT PROPOSAL TO BUREAUCRATIC CONTEXTS ANALYSIS

Luciano D'Ascenzi

Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, técnico superior da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS). luciano.dascenzi@gmail.com

Luciana Leite Lima

Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, docente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). lucianaleitelima@gmail.com

RESUMO: Identificamos e analisamos as razões para a introdução de inovações organizacionais em contextos burocráticos. À parte as grandezas estruturais específicas e os processos de rotina consagrados pela análise econômica, sugerimos um enfoque transdisciplinar que permita a identificação de padrões emergentes, tendências e/ou transformações latentes, de abrangência mais ampla. Trata-se de proposta baseada em pesquisa empírica, na qual foram construídas as categorias de estudo a partir de anseios explicitados pela própria direção local, tendo como pano de fundo a recorrente ineficácia de programas de mudança frente a comportamentos locais recorrentes descritos como indesejáveis. Tal trabalho ofereceu explicações inéditas da realidade pesquisada, à guisa de teorias locais com implicação geral, consubstanciadas no mapeamento e descrição das categorias de pesquisa e da forma como estão organizadas.

Palavras-chave: Antropologia Econômica; Inovação; Mudança Social; Cultura; Transdisciplinaridade.

ABSTRACT: This article aims to identify and analyze the reasons for the introduction of organizational innovations in bureaucratic contexts. Apart from the specific structural elements and routine processes focused by the economic analysis, we propose a transdisciplinary approach that allows manufacturing analysis instruments which enable the identification of emerging patterns (trends and/or latent transformations) with broader implications. This proposal is based on empirical research, in which the study categories were constructed based upon local direction concerns and the backdrop of its ineffective restructuring programs. Such work intended to offer new explanations on the way of local theories with general implications embodied in the mapping and description of the research categories and its organization.

KEYWORDS: Economic Anthropology; Innovation; Social Change; Culture; Transdisciplinary.

<http://doi.org/10.33027/2447-780X.2016.v2.n2.05.p65>

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a *inovação* (SCHUMPETER, 1986) como uma categoria de entendimento, apropriada relacional e diversamente entre atores do campo econômico, que reserva tratamento teórico universal, mas práticas e discursos específicos. As Ciências Econômicas têm área própria, que fornece contrapartida ao conjunto de enfoques, de *neoclássicos* a *alternativos* (KUPFER e HASENCLEVER, 2002), que proveem legitimidade científica para as mais diversas práticas. Todas, invariavelmente, exclusivamente funcionalistas, mas defendidas como portadoras de racionalidade absoluta. Contudo, esse campo de disputas transborda para o das práticas do mundo social e, principalmente, do trabalho, por meio de reestruturações institucionais e políticas públicas subjetivamente elaboradas, implementadas e avaliadas a partir de pressupostos de que melhorariam a realidade concreta.

No intuito de acompanhar algumas categorias ligadas aos ideais desse tipo de mudança social, desenvolvemos método etnográfico específico, construído a partir das representações sociais contextualizadas junto ao *lugar* (GEERTZ, 1999) da racionalidade econômica e política, mapeada a partir do confronto entre práticas e teorias ativadas. Trata-se de esforço de problematização do conhecimento econômico, que busca evidenciar a heteroglossia vigente, embora embase uma diversidade de explicações nativas.

Atendendo a essa ordem de necessidades, o item inicial resgata a construção teórica presente no desenvolvimento da *etnografia customizada* (D'ASCENZI, 2015). Trata-se de enfoque eminentemente empírico, pois trata de contextos específicos. A tese teórica e metodológica parte da crítica de Fraser (1987) à segmentação social promovida pela teoria crítica de Habermas. Além disso, a obra fornece elementos tendo em vista a atualização do processo de *construção hegemônica* de Gramsci (1976 e 1978) e incorporação do conceito de *cultura* (GEERTZ, 1999). Enquanto o primeiro é relido a partir de construções pós-estruturalistas [Turner (2007) e Foucault (1983)], bem como em teoria da identidade (RUBEN, 1988); o outro vem permitir a relativização da autoridade etnográfica e ensinar que a cultura funciona limitando e condicionando as possibilidades da mudança social, posto consubstanciar, ela mesma, estruturas e identidades sociais previamente existentes e atuantes, cuja alteração liga-se indissociavelmente à própria reprodução de suas categorias de significação. Desse modo, mudança e permanência das estruturas são tratadas contextualmente, como duas faces de uma mesma moeda (SAHLINS, 2003). A relevância dessa definição prende-se ao fato de que, nesses contextos, a definição de cultura é eminentemente behaviorista, ilustrando perfeitamente as armadilhas do idioma (D'ASCENZI e LIMA, 2014).

O método promove adaptação contextual das dimensões etnográficas, permitindo confrontar comparativamente teorias e práticas do *lugar*. Além disso, o trabalho de campo parte dos elementos de funcionalidade presentes no ima-

ginário e registros nativos, que consubstanciam o idioma e a racionalidade locais. Estes, então, são complementados analiticamente com elementos simbólicos dos contextos de ação coletados, e assim organizados em *redes sociais* (BARNES, 2010). O produto final é um conjunto de significados da categoria de pesquisa, desde a visão dos dirigentes até a dos *outros*. Todos igualmente válidos, inclusive em termos econômicos.

TEORIA E MUDANÇA SOCIAIS: UM MODELO GERAL PARA ECONOMIA E ESTADO

Nosso primeiro passo, quanto ao objetivo de perscrutar o significado econômico da *inovação*, será o de inserir essa categoria de entendimento numa categoria analítica mais geral, da mudança social, onde a “inovação econômica” seja um dos enfoques possíveis. Do mesmo modo, em se tratando de contextos econômicos, vamos partir de uma teoria que reserve tratamento específico.

Dados tais preâmbulos, retomamos a crítica elaborada em Fraser (1987) a uma das principais construções que busca explicar a reprodução das estruturas sociais a partir de sua subdivisão em diferentes (sub)sistemas. A autora desenvolve seu argumento a partir da decomposição analítica da realidade em elementos conceituais presentes nos contextos de ação, quando alguma mudança social é uma das possibilidades. Trata-se de artifício que acompanhará toda nossa proposta, tendo em vista a classificação categorial dos contextos observáveis.

Fraser (1987) data a *teoria crítica* de Habermas em termos de lutas e desejos contextualizados pelo século XIX. Indica que tal particularismo configuraria impeditivo para “dar conta” daquilo que viesse a ocorrer na (pós-)modernidade. A autora prossegue e analisa as explicações quanto aos mecanismos de dominação e de subordinação sociais, à procura por elementos que questionem ou reproduzam tais racionalizações ideológicas.

Para tanto, faz duas distinções internas ao arcabouço categorial de Habermas. Ambas representariam lados complementares da reprodução social: um, a reprodução simbólica, responsável por manter e transmitir as normas e padrões linguisticamente elaborados de interpretação e suas correspondentes identidades (socialização, solidariedade grupal, tradições culturais etc.); outro, a reprodução material, que organiza as trocas metabólicas dos grupos de indivíduos por meio do trabalho social. Argumenta tratar-se de uma distinção funcional, no sentido de tarefas que deveriam ser cumpridas em decorrência de necessidades trazidas pelo meio para que a sociedade sobreviva. Dessa forma, seriam utilizadas para classificar a realidade, assim, dividida em instituições que atendam exclusiva (ou principalmente) uma ou outra função, material ou simbólica.

Abre, então, a discussão para duas diferentes interpretações possíveis: (1) tais funções seriam entendidas como *espécies naturais* objetivamente distintas, independente da sociedade em análise. Por esse caminho, não haveria que se

falar em mudança social, posto tratar-se de visão conceitualmente inadequada e potencialmente ideológica. Pede cautela com inferências que permitam imaginar algum tipo de instituição que não produza identidades a partir de relações sociais internas, culturalmente elaboradas por meio de significados mediados, formando, mantendo e modificando essas mesmas identidades. Ao que descarta tal interpretação, afirmando que as atividades sociais têm, necessariamente, os dois aspectos; (2) é possível inferir que tais funções seriam *contextual-pragmáticas*, de duplo aspecto. Assim, sob o império das circunstâncias e dos propósitos, as duas funções poderiam ser vistas em quase todos os tipos de institucionalização, conservando para um maior exame apenas este último caso.

Desta discussão, cabe-nos fixar que o contexto de ação é a principal grandeza em nossa proposta, o que nos leva à empiria metodológica, tendo em vista a necessidade de observar as estruturas sociais quando em reprodução. Mais ainda, conforme veremos, o contexto relevante independeria da natureza institucional, podendo a mudança social ocorrer em qualquer lugar em que haja estruturas sociais em funcionamento.

Extraídos a partir de Habermas, Fraser (1987) examina dois tipos de contextos de ação: os *socialmente integrados*, onde os diferentes atores coordenariam ações mútuas e consensuais sobre normas, valores e fins; e os *sistematicamente integrados*, no interior dos quais, as ações dos diferentes atores seriam coordenadas num entrelaçamento funcional permeado por cálculos racionais maximizadores.

Alternativamente à simplificação Habermasiana, Fraser (1987) complexifica a análise ao elaborar a decomposição da realidade visitada em seis elementos conceituais distintos aos contextos de ação: funcionalidade, intencionalidade, linguisticalidade, consensualidade, normatividade e estrategicidade. Porém, a partir de objetivo distinto do nosso, concentra seu esforço de análise nos três últimos, destacados como elementos de distinção entre os dois tipos de contexto institucional:

[...] as consequências das ações podem ser funcionalmente entrelaçadas de modos intencionais pelos agentes; que, ao mesmo tempo, em ambos os contextos os agentes coordenam suas ações mútuas consciente e intencionalmente; e que, em ambos os contextos, os agentes coordenam suas ações mútuas na linguagem e através dela (FRASER, 1987, p. 42).

Vê-se que os elementos conceituais não têm como ser institucionalmente segregados, especialmente, a partir da identificação de diferenças absolutas - que considerasse consensualidade e normatividade como exclusivos ao *mundo da vida* e, inversamente, estrategicidade aos *subsistemas* economia oficial e Estado. Mesmo a possível relativização desta divisão naturalizante apontaria para duas possibilidades: ou a mudança nos subsistemas restaria impedida, ou a modernização seria mero reflexo do que ocorresse no mundo da vida. Por fim, após discutir algumas contradições dessas possibilidades, conclui pela existência de dimensões

moral-culturais no sistema econômico capitalista, bem como econômico-estratégicas nas instituições do mundo da vida.

Portanto, aponta que qualquer contexto de ação implica na potencial presença e mistura de elementos conceituais em diferentes graus. Seja nos domínios nominados por Habermas como subsistemas, de integração sistêmica, seja nas ordens institucionais de seu mundo da vida. Interativamente, pode prevalecer um elemento ou outro, conforme o contexto específico. Este último sim, compoeder de síntese e explicação. Portanto, ao contrário da naturalização entre reprodução simbólica e material, a transformação restaria inserida na reprodução das estruturas sociais, bastando para tanto que existam, a ponto de serem observáveis empiricamente.

À teoria não caberia trabalhar com distinções precisas quanto à origem das categorias institucionais, portadoras de materialidade e simbolismo, bem como, possivelmente permeadas pelos seis elementos conceituais de análise. Mesmo porque, a rigor, esse tipo de raciocínio impossibilitaria nosso objetivo de entender a mudança social.

A análise inicial visou a fornecer uma base crítica, frente às limitações da articulação entre estrutura e mudança sociais, seja por meio da teoria de Habermas, seja por intermédio de teorias estruturalistas em geral, como é o caso da ciência econômica. Igualmente, restou em apontar pré-requisitos básicos a modelos analíticos minimamente completos em mudança social. Por último, municiou-nos com uma tipificação categorial geral, por meio de elementos conceituais, aplicável em nível antropológico de análise, vindo a permitir, mais que meras descrições, alguma problematização das relações de reprodução social, com permanência ou com mudança estrutural.

Assim, o modelo teórico de nossa construção deve possibilitar a explicação de ambos como faces contextuais de uma mesma realidade relacional. Além disso, precisaria fornecer definições amplas e fluídas das grandezas empregadas, a ponto de permitir decompor analiticamente a realidade em categorias de significado passíveis de segmentação em elementos conceituais do contexto observável, conforme sugestão de análise em Fraser (1987). Mas principalmente, que independa do *tipo de instituição* em análise. O conceito de construção hegemônica de Gramsci (1976 e 1978) possui tais predicados.

A teoria social de Gramsci pode ser relida sem preconceitos e à luz dos desenvolvimentos que embasam os estudos de gênero (TURNER, 2007; FOUCAULT, 1983; FRASER, 1987) e da teoria da identidade (RUBEN, 1988). Desse modo, mantemos a caracterização do fenômeno da mudança social como um processo longo e gradual de (trans)formação de uma cultura. Nesse sentido, parte de um *primeiro momento* de reprodução estrutural: da argumentação de que todos os indivíduos têm uma concepção de mundo que os instrumentaliza para a tomada das decisões cotidianas. Contudo, num processo mediado pela

máxima gramsciana: “todos os homens são filósofos” (1978, p. 11). Com isso, pondo quase que automaticamente um *segundo momento*: de crítica e consciência que defronta, de um lado, a participação mecânica em uma concepção de mundo dada pela estrutura vigente e, de outro, a elaboração de visão específica, cada qual, com a conseqüente escolha nas esferas de ação.

Organicamente, às concepções de mundo de um indivíduo implicaria o pertencimento correlato a grupos identitários, que compartilhem de visões socialmente compatíveis. O mesmo ocorrendo quando da necessidade de (re) elaboração para responder a problemas (originais ou não), colocados pelo dia a dia. Assim, mantendo-nos focados na mudança, Gramsci parte do questionamento da maneira com que se percebe quando nossas concepções são *modernas* e, alternativamente, quando são *atrasadas*. Isso para demonstrar como o presente, através de um novo problema, pode vir a questionar o passado, cujas concepções nem sempre dão conta de uma nova questão. Como desdobramento, a superação da própria concepção se daria através da crítica a ela, num movimento que visasse dar-lhe, novamente, um formato suficientemente unitário e coerente em termos individuais e coletivos.

Tal processo se iniciaria com uma nova consciência do que somos. Significaria, também, criticar toda a filosofia prévia, base da estrutura a ser suplantada. Portanto, tal superação seria possível, tão somente, pelo desenvolvimento de algum nível de consciência da historicidade de nossas concepções. Estas relativas a uma fase específica de desenvolvimento.

Num passo adiante, a reprodução estrutural abre a possibilidade de socialização da nova visão, cujo iniciador, em caso de mudança, seria identificado teoricamente com a denominação de *intelectual orgânico*. Mas vale esclarecer que, segundo essa leitura pós-moderna, tal ator não existe *a priori*, sendo um papel desenvolvido contextual e potencialmente por qualquer pessoa ou organização social, isto é, *todos os homens são filósofos*.

Para isso, apenas uma concepção de *política* verdadeiramente ampla poderia assegurar que o processo de mudança fosse dado pela relação entre o novo modelo e o anterior¹, este identificado no referencial teórico como de senso comum. Ou seja, por meio da disputa, até que os agentes dessem, ou não, o respectivo *consentimento ativo* ao projeto de renovação social, assim em formatação. Em prosseguindo, pouco a pouco, e em número crescente, eles se revestiriam de representantes da *nova filosofia*, articulando continuamente com a diversidade de visões de mundo envolvidas na formação de uma ação política, relativamente, unitária. Esta derivando, enfim, em mudança social subsequente. Contudo, é bom que se diga, resultaria em formato imprevisto, já que referenciada na composição dos diversos interesses e indivíduos, mais ou menos heterogêneos.

¹ Ou ainda, causada pela necessidade de um maior nível de detalhamento da interpretação anteriormente compartilhada pelo grupo, evidenciando discordâncias reveladas por um novo contexto, que as ative.

No plano coletivo, mudar uma cultura, adicionando novos elementos a ela, significa socializar criticamente algumas *verdades* individuais, transformando-as em nova base de ação de um grupo: um novo elemento de coordenação e de ordem moral e intelectual. Desse modo, a partir do diálogo entre as diversas filosofias e concepções presentes, sempre seria feita uma escolha complexa e contraditória entre elas. Mesmo porque, em consonância ao até aqui exposto, algum contraste seria revelado até mesmo entre o que é intelectualmente afirmado e o resultante da ação real, revelando certa descontinuidade, definida conceitualmente como *contrastes de natureza histórico-social*.

Acreditamos que a teoria acima permite a continuidade da construção aqui pretendida, em direção a uma tipologia de categorias antropológicas que ajudem a teorizar a modernização de estruturas sociais, com ou sem mudança. Contudo, apesar de sua adequação aos nossos propósitos, ela não se preocupa em continuar problematizando o processo de mudança consubstanciado pela construção hegemônica. Logo, ainda precisaríamos buscar um caminho para entender e traduzir a ação modernizadora enquanto relação social classificatória, para melhor entendermos como o *outro* age, se relaciona e pensa a ambiguidade, o fluxo, o dia-a-dia. Tudo isso em meio à multiplicidade de vozes empiricamente presentes.

A possibilidade de aproximação escolhida recaiu sobre o deslocamento da análise em direção às estruturas de interpretação de significado. Elas proveriam nossa construção com elementos relacionais para a análise do processo de transformação do *senso comum*. Este decomposto em categorias de entendimento, então, classificadas por meio de elementos conceituais percebidos durante o processo de observação dos contextos de ação pesquisados.

ECONOMIA E ANTROPOLOGIA: LIMITES E COMPLEMENTARIDADES

A conjuntura inaugurada pela última grande crise econômica fez vislumbrar a dúvida, senão a percepção de que falta alguma coisa às teorias econômicas hegemônicas. Assim, mesmo tendo sido um dos homens mais bem informados e portador de recursos quase ilimitados, Alan Greenspan, o ex-presidente do banco central dos Estados Unidos e um dos principais gestores da crise dos *subprimes*, ratifica na obra *The Map and the Territory: Risk, Human Nature and the Future of the World Economy*: “‘É um trabalho difícil. Nós não conseguimos enxergar o que está além do horizonte; mas como vivemos no futuro, não temos escolha a não ser tentar fazer previsões com discernimento’. Prever o que vai acontecer, diz ele ‘não é o mesmo que dizer o que vai acontecer’” (TRACHTENBERG, 2013, p. C13). As consequências da crise de 2008 dispensam apresentações.

Mesmo antes de a globalização e a inovação alcançarem a importância atual junto à ciência econômica, Herbert Simon ficara famoso por suas pesquisas

sobre processos decisórios em organizações econômicas. Simon (1965) analisa o trabalho da “escolha racional humana” em meio à estrutura e ao funcionamento das empresas, caracterizado pelas informações disponíveis e capacidade cognitiva de processamento, ambas limitadas; constrói quadro em que as organizações são sistemas de decisão, cabendo à direção escolher alternativas adequadas, entre meios e fins, influenciando-as no sentido da estratégia planejada.

A obra cita ainda três etapas: reunião das possibilidades estratégicas (em conjuntos de decisões); avaliação das consequências de cada estratégia; e escolha de uma alternativa a partir da ponderação comparativa das consequências, a partir de “valores específicos”. Porém, aponta para a impossibilidade da onisciência seja em termos das alternativas, seja das consequências. Assim “escolhas racionais” basear-se-iam, em última instância, em expectativas e valores. Algo que reduz a teoria à intencionalidade (planejamento) do comportamento humano, sem meios para otimizações, mas tão somente decisões satisfatórias em meio a crenças, conflitos e jogos de poder. Uma série de elementos invisíveis às análises funcionalistas, incluídas as behavioristas, ambas hegemônicas no mundo corporativo.

A explicitação desses limites teóricos complica a realidade de renovação constante do ambiente competitivo, exigindo movimentos adaptativos por parte das firmas. Algo que, não raro, tem significado a transição para novos atributos de competitividade, do produto e/ ou do processo de produção. Nesse sentido, a inovação tem estado cada dia mais presente no campo da pesquisa, no ideário das organizações e nas políticas públicas. O entendimento de sua gênese e desenvolvimento passa por significados díspares, cuja análise pode contribuir para melhorar o protagonismo dos agentes econômicos nas constantes mudanças de contexto.

Reportando quadro mais recente, Pepin (1998) alerta para a crescente incorporação do “ambiente” externo às organizações econômicas à análise, no contexto dos anos 1980², chamando a atenção para as obras precursoras dos estudos em *cultura organizacional*. Estas apontam para a relevância de aspectos culturais no âmbito empresarial e apresentaram explicação para o sucesso econômico japonês, então em evidência, num mundo que começava a perceber os efeitos da aceleração do processo de globalização. Dentre elas, destacamos *Organizational Culture and Leadership* (1985) de Edgar Schein, que busca discutir a dinâmica cultural nas organizações, ressaltando o papel dos fundadores e líderes. Contudo, entendemos que, desde então, nada digno de nota foi desenvolvido nesse sentido naquele campo de conhecimento:

[Em encontros] foi unânime a constatação de que os atuais modelos estão esgotados e ultrapassados. As mudanças que estão ocorrendo na sociedade precisam ser inseridas dentro do contexto das empresas [...] [Os] sistemas de gestão de pessoas são os mesmos há décadas [...], sem levar em conta o novo cenário em que vivemos. [...] Surgiram novos atores dentro da rede de *stakeholders* influenciando o universo corporativo [...] (BLOCH, 2013, p. D3).

² Os modelos e teorias anteriores não consideravam essa necessidade.

Dada essa contextualização inicial, retomaremos a origem desse estado de coisas e formularemos um quadro teórico nativo, numa rápida descrição dos enfoques sobre a *inovação* junto ao campo da teoria econômica. Pois, além de consubstanciar a representação coletiva da mudança social, recaem sob essa categoria os universais econômicos de ganhos de produtividade na atualidade. Destacaremos a maneira com que as formas organizacionais vêm sendo abordada, a reboque das mudanças tecnológicas, analisadas a partir de um único elemento conceitual, sua funcionalidade.

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial, numa época de reconstrução e de mudança de paradigma econômico, que as ideias apresentadas por Joseph Schumpeter passaram a encontrar terreno fértil. Desde então, trabalhos em inovação não cessam de crescer em número e importância, em meio à diversidade do pensamento social humano. Contudo, apesar das diferenças, que não são pequenas, tentaremos agrupá-las a partir de similaridades, além de buscar possibilidades de diálogo.

Passada a fase de consolidação da temática, o exame inicial de diferentes contribuições aponta para a disseminação de trabalhos balizados em relações funcionais - seja por meio de teorias causais, seja de estudos empíricos de correlação entre a inovação e as mais diversas variáveis. Aproximação maior pode ser realizada por meio da classificação dos trabalhos em dois enfoques metodológicos distintos, em termos do destaque dado à relação de dependência da inovação: ilustram, frente a alguma grandeza estrutural de mercado (características externas), Alchian (1950), Arrow (1962), Dasgupta e Stiglitz (1980), Kreps (1990); ou, alternativamente, Penrose (1952), Ouchi (1981), Nelson e Winter (1982), Porter (1989), Tidd, Bessant e Pavitt (2001), quando vinculada ao planejamento estratégico (escolhas da direção). Assim, respectivamente, consubstanciam teorias que pretendem explicar o processo de mudança realçando aspectos da estrutura ou da ação sociais, antagonicamente. Mesmo porque, nenhuma tentativa formal de síntese foi encontrada.

Grosso modo, as abordagens que privilegiam as estruturas de mercado comportam trabalhos que entendem o processo de mudança tecnológica como resultante estrutural dos ciclos de inovação. Eles são passíveis de explicação para cada indústria, em termos sequenciais: da invenção à inovação radical, e desta para a inovação incremental. Tratar-se-ia de uma decorrência sistêmica do esforço coordenado e sequencial para investir em atividades de pesquisa, básica e aplicada (P&D), bem como para incorporar os resultados correspondentes, institucionalmente, por meio do desenvolvimento de novos produtos, processos e/ ou formas organizacionais. Além disso, as certezas pouco avançam, posto que os estudos empíricos que buscaram estabelecer detalhes desta (co)relação, entre inovação e características estruturais específicas de cada indústria, em termos das consequências da estrutura sobre conduta e resultado das empresas, apontaram para a inconclusão senão para a divergência de resultados.

Por seu turno, o segundo conjunto de enfoques centra suas análises na relação entre as inovações e as estratégias dos agentes econômicos. Um movimento que, em certa medida, inverte a relação causal anterior, defendida pelo grupo de trabalhos precedente. Especialmente, quando foca as consequências dinâmicas do comportamento das empresas sobre a estrutura industrial no longo prazo. Contudo, esse grupo também enfrenta uma série de limites: de um lado, em termos teóricos, devido à limitação conceitual, que possibilita, inclusive, analogias escorregadias com o biologismo e a física social; e, de outro, às dificuldades para uma maior análise, trazidas pela metodologia incipiente, senão inexistente.

Em comum, tanto as teorias da ação quanto da estrutura buscam explicar o processo de mudança social, consubstanciado em inovações, por meio da utilização exclusiva de elementos conceituais funcionalistas. Contudo, longe de apontar para um “beco-sem-saída”, a análise descreve o problema teórico-metodológico e aponta para o aprofundamento da trajetória investigativa: da superação da dicotomia entre ação e estrutura, com a relativização de pressupostos e a necessária ampliação da análise, esta por meio da inclusão de outros elementos conceituais dos contextos de ação em que aquelas estruturas estão sendo analisadas. Desse modo, perceber-se-ia que o elemento funcional se presta perfeitamente à previsão dos mais diversos contextos, desde que a estrutura em foco não apresente mudança significativa.

Contudo, a mesma eficácia não tem como manter-se em face à mudança estrutural, restando à funcionalidade o trabalho inicial de descrição do fenômeno inédito e indagação. Em tal contexto, as análises funcionais podem constituir fase de constatação e recorte do objeto de estudo, preliminar à explicação da nova realidade. Propomos assim, à guisa de introdução à crítica de uma espécie de microeconomia política, a realização de um movimento transdisciplinar, a exemplo do realizado pelos ditos clássicos, fundadores das ciências sociais.

Substantivamente, nossa proposta interrompe o movimento em direção à biologia ou à física newtoniana, indo em direção às ciências sociais, posto acreditarmos ser este o campo epistemológico mais apropriado. Afinal, distintamente às ideias positivistas, não tratamos de uma (série de) ciência(s) natural(is) subdesenvolvida(s), cujo objeto de conhecimento esteja sujeito a leis inderrogáveis. Conforme alertam os estudos em gênero, as pessoas têm livre arbítrio, sendo ao mesmo tempo “sujeitos em” e “sujeitados por” estruturas sociais que eles mesmos criam, extinguem, multiplicam, reproduzem e/ ou modificam; e isso, ao participarem ativa e concomitantemente de certo número de organizações sociais por meio de papéis, potencialmente, de cunho identitário (RUBEN, 1988).

Dessa maneira, conceitualmente, estruturas sociais não se prestam à comparabilidade com tecidos celulares; tampouco suas organizações sociais guardam qualquer possibilidade analógica a células. Na economia, o biologismo aparece como uma aproximação grosseira da linha de produção fordista, seus movi-

mentos repetitivos e inteligência bovina, mas não tem como explicar mudanças; não tem como lidar com elementos de funcionalidade, intencionalidade, lingüística, consensualidade, normatividade e estrategicidade, formadores da realidade; mas tão somente com os aspectos da funcionalidade que não requeiram motivação ou discricionariedade por parte dos agentes envolvidos. Assim, qual seria a vantagem na troca de um irrealismo teórico por outro? E o que dizer das projeções de equilíbrio, parcial e total? Mesmo a Física, origem da ideia, e a Matemática, base metodológica, têm abandonado crescentemente as possibilidades de aplicação. Esse, o campo do abstrato.

Comparativamente ao campo das práticas, em D’Ascenzi (2015) encontramos um dado primário de pesquisa, quando um informante de uma empresa pesquisada responde à provocação de que a atividade de programação de *softwares* fosse muito automática:

Teve, no passado [...] se falava muito como conceito, né, em “crise de software”, por quê? Por que dá pra você fazer um prédio tão grande e você vai fazer um software grande e tem tanta dor de cabeça? [...] então, isso, foi motivo de estudo de muita gente, empírico ou não. Os caras chegaram a algumas conclusões, que hoje a gente tem, na verdade, meio que um guarda-chuva, que tem várias denominações, mas basicamente, o pessoal denomina Ágil, mas tem influência também do modelo Toyota [...] Na verdade, não dá pra automatizar que nem uma linha de produção [...] Isso é uma falácia [...] assim, grande parte dos problemas, na realidade, vem dos aspectos, assim, humanos [...] esse tal de Ágil que eu estava falando, que é uma resposta [...] tem os princípios [...] Mas quando você fala de automatizar, principalmente software, eu acho que tem de entender bem o que é... tem que definir os termos. Você consegue delimitar um processo ali ou algumas práticas [...] existem pessoas fazendo software e elas funcionam melhor em certos ambientes [...] você para de tratar as pessoas como máquina, aí o negócio começa a andar [...] por exemplo, uma das críticas severas à CMMI^[3] é que ela simplesmente esquece que tem gente que faz as coisas, parece que são um bando de robôs, entendeu? Você passa pra pessoa uma certificação, [e diz:] “Esta certificação está certa, cara! Tem que fazer”; e não funciona assim na prática, nunca funcionou, sabe? As vezes que deram certo é porque teve alguém que deu o sangue em algum ponto (p. 200).

E ainda noutra situação:

É que, na verdade, não é só a parte técnica, né? Tem a parte de processo também. Quer dizer, como é que se desenvolve; como é que você coloca um bando de pessoas...? A princípio... né? Como é que faz pra eles andarem pro mesmo lado e, no final, meio que por mágica, sai um produto rodando né? E rodando, quer dizer, que eu nem precise rever; o conceito de pronto, né? [...]. Mas, de qualquer forma, a gente sempre tem interação muito grande com as pessoas do projeto, assim... às vezes, não é tão agradável, né? Porque às vezes tem que... as outras pessoas não mudam. Por definição, as pessoas sempre seguem. a inércia, né? Sempre tem a inércia, as pessoas só querem fazer: ah, não, eu estou acostumado a fazer isso. Então, assim, a gente sempre tem que quebrar um pouco ali o pau, vamos falar assim, mas é. , mas, assim, eu, pessoalmente, assim, eu interajo com a pessoa que trabalha com a mesma gama de tecnologia, eu interajo muito, assim, tipo, a tal ponto de eu chegar assim, meio do nada, chegar lá: o que que você está

³Em 2009, a *softwarehouse* em questão era certificada nível 2. Detalhesem www.cmmiinstitute.com.

fazendo, sabe? É coisa meio incisivo mesmo, se não, não funciona, não é? Que é muito fácil a entropia aumentar. A entropia, uma das leis da termodinâmica, né? Ela aumenta facilmente, então... assim: você combina que vai fazer o negócio de um jeito e você deixa o pessoal lá, tipo um projeto inteiro, fazendo. E, no final, sai tudo diferente; aí quando você vai dar a manutenção, está tudo diferente do que as pessoas achavam, né? “Nossa, agora está mais caro!” Então, a interação é grande, tá? (p. 201).

Descartando tão somente a “água suja”, perdemos um pouco da (pre-tensa) exatidão, oriunda da possibilidade de aventar alguma sorte de equilíbrio geral para as grandezas econômicas, mas encontramos uma série de teorias sociais e metodologias que buscam compreender a mudança social enquanto categoria mais ampla. Donde podemos, sem muito esforço ou artificialismos, reposicionar a inovação como uma representação coletiva (disciplinar) da mudança social. Trata-se de mera ampliação do esforço de análise em direção a imenso universo de tratamentos científicos independentes, e assim holísticos, com ganhos não apenas para o realismo teórico, mas, sobretudo, às possibilidades metodológicas. Mais ainda, descortina temática transdisciplinar vigorosa e urgente, quanto à necessidade concreta de tratamentos analíticos adequados à sociedade em geral, lugar único, das estruturas e dos agentes econômicos, junto à qual extraímos nossos objetos de investigação e nossa especificidade.

Senão, empiricamente, o setor de *softwares*, até os anos 1990, teve o que ficou conhecido como sua “fase cowboy”, quando a mesma pessoa executava todas as funções operacionais. Era calcada na solidão e independência do programador, bem como, na produção completamente customizada para cada cliente, que tinha suas rotinas automatizadas. Esse *knowhow* não teve como manter-seem face à disseminação tecnológica (demanda) e aos imperativos da produtividade (oferta) que se seguiram. Essa inconsistência deu margem a que, mais tarde, ficaria caracterizada como “fase da fábrica de softwares”, idealizada a partir da produção impessoal em série, onde entraria uma especificação de um lado, e sairia uma caixinha com o *software* do outro. Os problemas advindos dessa concepção indicam, muito mais que uma evolução ou uma solução ótima, que a gênese da “novidade” estaria vinculada à construção de práticas opostas às queixas mais comuns à indústria de *softwares*: aos problemas vinculados à operacionalidade precedente, e, sobretudo, às possibilidades de solução oferecidas pelo mercado de “especialistas” em reestruturações organizacionais à época (uma solução de continuidade contextualmente dada e assim implementada). Contudo, o receituário, de fato, nunca passou de uma ideia, pois jamais chegou a funcionar plenamente. Atualmente, a crescente contestação empírica aponta para o “retrocesso” do caminho escolhido, e mesmo, no sentido da retomada de alguns valores da fase *cowboy* precedente. A observação do caminho tortuoso, cheio de especificidades, indica que não existem verdadeiros especialistas para isso. Ainda assim, essa mesma pesquisa indicou que, a reflexão e superação dos problemas parecem manter-se exclusivamente sob o cuidado de consultores “especialistas”, sem causar ques-

tionamento quanto aos limites das análises funcionalistas empregadas. Também conclui que os problemas de inadequação, apontados pela gestão, tiveram origem em incongruências seguidamente ratificadas, em meio aos planejamentos estratégicos por ela mesma elaborados (D'ASCENZI, 2015).

Ainda no campo das práticas, mas em outro lugar, os setores de telecomunicações e de TV a cabo podem ser outro “*case*” para pesquisa. Estudo inédito da PriceWaterHouseCoopers abre nova oportunidade de reflexão quanto à insuficiência do universo conceitual de investigação. Afinal, à perplexidade de constatações concretas do tipo “se as empresas deixassem o dinheiro no mercado financeiro teriam mais retorno”, 65% dos dirigentes consultados acusaram possíveis peculiaridades do setor: investimentos seriam movidos por necessidades de adequação tecnológica, não por planos de negócios (COLOMBO, 2012, p. B3).

E o que dizer do desenrolar da crise dos *subprimes*, quando os mesmos executivos que levaram suas respectivas corporações, e alguns clientes, à insolvência foram regamente recompensados com bônus por resultados alcançados (sic). Ainda assim, não fossem as pressões da opinião pública sobre os reguladores, novas notícias parecem indicar que a sistemática restaria intocada.

Essa inabalável hegemonia pode ser explicada historicamente. Afinal, o elemento funcional tem dado conta da relativa estabilidade, preponderante até bem pouco tempo. Quando o ajuste se dava com a inclusão de doses administráveis de violência, concentrada sobre as classes mais desfavorecidas. Contudo, o mundo não parou seu processo de transformação para assistir ao conjunto das ciências sociais em suas discussões sobre a importância explicativa da ação estratégica dos atores ou da estrutura social. De roldão, mesmo as tentativas de síntese explicativa, em ação e estrutura, não parecem mais tão elucidativas. As mudanças parecem atingir tamanho patamar, em velocidade e onipresença, que tão somente o próprio contexto de ação analisado, por conter todos os elementos conceituais implicados, carregaria as possibilidades de esgotamento explicativo (SAHLINS, 2003). E se assim for, a teoria utilizada em análises de realidades específicas precisaria passar por seu crivo, sob o risco de tornar-se irrelevante, de resto, como toda e qualquer teoria que se pretenda universal.

Parece cada dia mais distante a época em que subdividir e descrever a realidade em estrutura e conjuntura fosse exercício suficiente de análise. Hoje, faz mais sentido descrever a conjuntura da estrutura, e vice-versa, em busca de conteúdo relevante, da tendência e da velocidade da mudança social. Ou talvez, simplesmente, o contexto seja a síntese procurada, em permanência e mudança. De qualquer forma, trata-se de caminho, teórico e empírico, que merece ser trabalhado, naquilo que nos diz respeito, como passo inicial na busca de formas organizacionais mais humanas e democráticas.

CUSTOMIZAÇÃO METODOLÓGICA DAS DIMENSÕES TEMPO E ESPAÇO

A *etnografia customizada* (D'ASCENZI, 2015) foi desenvolvida, a partir do principal método da antropologia, visando a adequação a lugares específicos, cuja racionalidade hegemônica é embalada pela análise funcional e o idioma marcadamente econômico. Originalmente, o método etnográfico suporia longos períodos de permanência na *cultura* (GEERTZ, 1999) estudada, visando compreender a totalidade das estruturas nativas, holisticamente atravessadas. Contudo, mesmo frente ao argumento de possibilitar avaliação minuciosa, haveria severo descompasso das dimensões tempo e espaço, locais e etnográficas, tendo em vista os objetivos de pesquisa *vis-à-vis* a visão local instrumental. Essa dissonância gerou a necessidade de ajuste.

Tal adequação pôde ser alcançada por meio do *processo decustomização*, que promove certa “negociação” em relação à autoridade etnográfica. Resumidamente, trata-se de uma fase da pesquisa assemelhada a um pré-campo, cuja importância prende-se à coleta dos significados “oficiais”, à segmentação do objeto de pesquisa, à escolha ou desenho da categoria de estudo e à adequação do cronograma de pesquisa. Tudo em respeito às peculiaridades do *lugar*. Em suma, o “acerto” com a autoridade racional-legal permite as condições de pesquisa, com acesso real, normalmente limitado.

A coleta de dados primários é realizada por meio das duas técnicas etnográficas lógicas: a *observação participante* e a *descrição densa* (GEERTZ, 1999). Ambas adaptadas aos objetivos de pesquisa, por seu turno, limitados à categoria escolhida. Como se sabe, a primeira requer amplo acesso às diferentes dimensões da realidade etnografada para obtenção de informações cujo critério de relevância é definido pelo pesquisador, não sendo dado à *priori*. Já a descrição densa surge como resultado analítico da sistematização dos dados assim coletados.

Superado o processo de customização, a coleta de dados significativos tem início a partir da instalação do pesquisador junto aos sujeitos locais implicados com a categoria de pesquisa definida na fase recém-terminada. Ali instalado, criam-se as condições para a observação sistemática e metódica visando a obter e analisar registros funcionais e, dialogicamente, simbólicos. Enquanto aqueles estão fartamente disponíveis, dada à racionalidade vigente, os últimos relacionam-se à diversidade de entendimentos microssociais frente à categoria de análise e sua correspondente inserção nas *redes parciais* (BARNES, 2010) de entendimento da organização. A análise da ação social em termos de rede revela, principalmente, os limites e a estrutura interna dos agrupamentos de significados estudados. Subsidiariamente, teria ainda como subproduto o estabelecimento de algumas das identidades presentes, bem como o sistema de subordinação e dominação contextuais.

Segundo a formulação de Barnes (2010), primeiramente, seria necessário ter em mente que o mundo real seria formado por pessoas que se relacionam

entre si e que, portanto, nesse processo de socialização, impingem e são impingidas em relação a outras, sendo esse o fato empírico crucial. Segundo essa técnica, quando isso ocorre entre dois indivíduos, eles são definidos como *adjacentes*. Logo, dado um conjunto de fatos sobre pessoas em relação umas às outras, tentar-se-ia compreender essa realidade por meio de um modelo que buscasse explicar o que efetivamente acontece. Potencialmente, várias cadeias podem ser montadas como resultado dessa construção de pessoas interligadas através de relações interpessoais, consubstanciando-se em *estrelas* (figura 1). Estas seriam recortadas da diversidade de dimensões relacionais existentes ao se focar uma determinada categoria de entendimento. Dessa maneira, uma rede social nada mais é que uma abstração da realidade. A figura 1 modela a relação de dezenove pessoas adjacentes quanto a alguma categoria definida, mostrando assim, uma porção específica da rede hipotética, uma *rede parcial*. Esta poderia ser, por exemplo, um departamento de uma empresa, um grupo da empresa que costuma almoçar juntos, um *cluster* ou outro critério arbitrariamente definido pelo pesquisador, que caracterizaria uma *análise sociocêntrica*.

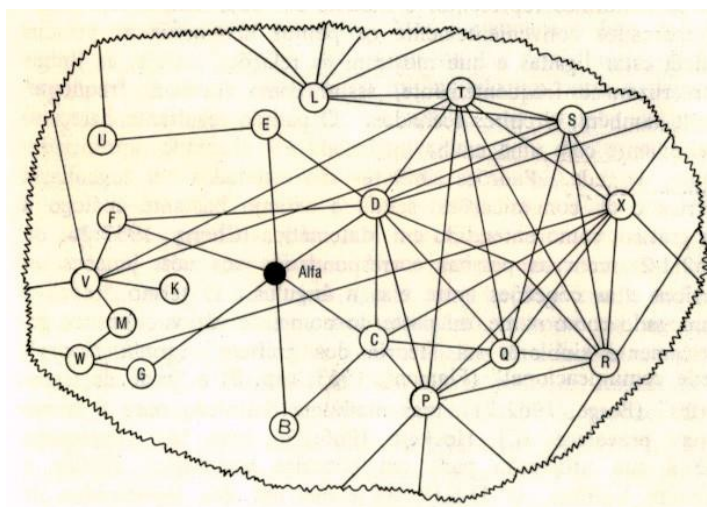


Figura 1- Rede social parcial

Fonte: Barnes (2010)

Alternativamente, e dependendo dos objetivos de pesquisa, poder-se-ia especificar um Alfa tendo em vista o que Barnes (2010) denominou como *análise egocêntrica*. Nesse caso, teríamos um conjunto de relações que podem ser retratadas como radiando de Alfa ou convergindo para Alfa. A partir dessas possibilidades, toda uma série de medidas e desenvolvimentos foi proposta por Barnes e outros autores. Entretanto, já temos material suficiente aos nossos propósitos explicativos.

Numa das diferenças mais marcantes ao que seria uma etnografia clássica, a transposição do método organiza e confronta apenas as várias realidades internas relativas à categoria construída junto ao processo de customização. Assim, a pesquisa trabalha apenas os significados correlatos à pergunta de pesquisa e, desse modo, apresenta alternativa à confirmação de seus achados. Algo que, por seu turno, só é fornecido *a posteriori*, como um dos resultados da investigação.

Percebidas a partir de discursos, entendimentos e interações, as variações de significado são analisadas e tipificadas como um conjunto de representações de entendimento da categoria de pesquisa, ensejando sua organização em redes parciais. Teríamos, assim, um conjunto limitado de representações de dada grandeza relevante, que vem se reproduzindo em diferentes níveis de funcionalidade, intencionalidade, linguisticalidade, consensualidade, normatividade e estrategicidade, como resultado relacional a ser entendido a partir de sua visualização em rede.

Cada elo de rede pode ser então considerado e problematizado como numa relação de gênero, entendida a partir de representações minimamente compartilhadas, já que tem viabilizado a organização e manutenção de significação particular, entre sujeitos que ora sujeitam, ora são sujeitados; ora ativam a estrutura, ora apenas respondem a ela. Os elos podem ser analisados em termos de recorrência/ ausência de entrechoques de significado passíveis de observação, cada vez que a categoria é ativada, em meio aos contextos de ação. Tal investigação buscaria perceber: até que ponto a relação de adjacência da rede parcial se mantém? A partir de quais necessidades de significação iniciaria o “conflito”,⁴ e/ou o remanejamento do elo da rede? Em que medida e como as diferentes redes parciais se relacionam?

Investir numa metodologia que complemente o conjunto relacional inaugurado pelo funcionalismo permite um nível de análise ainda inédito em tais lugares. O desenvolvimento da *etnografia customizada* trilha esse caminho. Nele, a partir das descrições funcionais encontradas no *locus* de pesquisa, podemos recortar categorias de análise e organizá-las em redes sociais parciais, dando voz à diversidade de significados encontrados. Para isso, outros elementos conceituais explicativos são incorporados e modelados consciente e seletivamente, desde que necessários ao entendimento da categoria de pesquisa selecionada. Dessa maneira, além da funcionalidade já presente no idioma e nas análises tradicionais junto às quais se baseiam a instrumentalidade gerencial, linguisticalidade, intencionalidade, normatividade, consensualidade e estrategicidade podem ser conceitualmente acionados, sempre que presentes e relevantes ao entendimento. Todos, potencial-

⁴ Medido em termos de consensualidade, colocamos o termo entre aspas para frisar o fato de que seu entendimento está associado a uma escala de intensidade variável, que pode englobar, alternativamente, ou sua ausência, ou um mero comentário de confirmação de significado, ou o antagonismo associado a claras disputas de conteúdo, ou outras mais. Afinal, conforme o modelo explanado, a ativação de uma estrutura social não implica em mudança da mesma, apenas abre essa possibilidade.

mente, formadores complementares dos contextos de ação das estruturas locais⁵.

Não vemos utilidade no tratamento ostensivo das diferentes correntes comportamentais ou funcionalistas. Senão, exemplificar o tipo de conteúdo empiricamente observável. Isso porque, tais elementos conceituais revestem a racionalidade oficial e o idioma local de lógica e organicidade. Substantivamente, no conjunto das ciências sociais, ele tende a enfatizar a interdependência de padrões e instituições com o modo como interagem na preservação material da unidade social temporalmente, não sendo incomum o estabelecimento de relações matemáticas de dependência entre “variáveis” sociais. Chega mesmo a pregar a realização direta do conjunto de exigências concretas que deveriam atender às necessidades humanas, senão algumas leis que buscam universalizar comportamentos e marginalizar desvios. Dessa maneira, configurar-se-iam em aspectos da realidade de pronta apreensão e manipulação. Além de idioma local, o elemento funcional tende a estar suprido por meio da seleção e estudo de fluxos de trabalho comuns ao meio corporativo, apresentando farto material documental produzido no desenvolvimento cotidiano do mundo do trabalho contemporâneo.

Curiosamente, dentre os seis elementos destacados, esse é o que mais se aproxima das leis da natureza, dando margem ao estabelecimento de dogmas ideais de equilíbrio científico. Na bibliografia utilizada, Fraser (1987) discorre sobre funcionalidade através da distinção entre reprodução simbólica e material das estruturas sociais. Ali, o trabalho social seria visto como a maneira pela qual ocorreriam trocas metabólicas (interna e externa) com o ambiente físico e social: ações explicadas do ponto de vista da coordenação mútua, pelo entrelaçamento funcional e ação individual baseada em cálculos de maximização da utilidade (naquele caso, poder e dinheiro), desaguando empírica e dialogicamente no próximo elemento classificatório. Na reprodução simbólica, por seu turno, dar-se-ia a manutenção e transmissão de normas e padrões linguísticos constitutivos das identidades sociais: discurso, interpretação, socialização, solidariedade grupal, tradição cultural, consenso sobre normas, valores e fins. Ocorre que tal distinção é mera estratégia analítica, pois inexistem diferenças absolutas entre os dois contextos, mas um entrelaçamento passível de ser percebido e analisado em termos relativos (FRASER, 1987). Portanto, tal distinção seria muito mais complexa. Bem por isso, mais que descrever, pretendemos entender; e ao invés de julgar, nossa classificação tende a realizar a qualificação relativa das descrições categoriais.

Retomando a contraposição material-simbólica, mas já em contextos institucionalizados, essa primeira aproximação, funcional, é facilitada pelas práticas locais. Porém, se defendemos que a pesquisa se inicie pelo aspecto funcio-

⁵ A despeito de discussões exclusivamente teóricas, estes trabalhos debruçaram-se sobre questões empíricas, no que buscaram as origens das práticas encontradas nos *loci* de pesquisa: os fundamentos da instrumentalidade gerencial local. O resultado foi um método de apropriação e complementaridade dos instrumentos de gestão em uso. O produto da pesquisa pôde ser devidamente apropriado pela direção local por meio de laudo e, então, utilizado em planos de reestruturação.

nal da organização social pesquisada, não vemos por que definir *a priori* a etapa subsequente de trabalho. Entendemos que o próximo elemento viria a reboque, iniciando um movimento dialógico que pode ser interrompido arbitrariamente pelo pesquisador, quando da recorrência de repetições que apontem para a suficiência dos componentes conceituais explicativos restantes. No entanto, nada nos impede de indicar algumas possibilidades de desdobramento, por meio de mero exercício reflexivo.

Imaginemos que a pesquisa fosse iniciada com uma demanda de avaliação quanto à implementação de uma mudança institucional qualquer. Nesse caso, teríamos a premência de outro elemento conceitual a ser utilizado em termos mais imediatos, embora posterior ao de cunho funcional, a intencionalidade.

Em seu aspecto moral, a intenção relaciona-se ao objetivo que determina um ato, considerado independentemente de sua efetiva realização; distintamente, em sua ligação com a psicologia, encontramos esse termo vinculado ao caráter do ato ou estado de consciência adaptado a uma intenção, a um projeto; por outro lado, a fenomenologia frisa o caráter da consciência em tender para um objeto, bem como lhe dar um sentido. A princípio, de modo geral, as acepções acima revelam características semânticas e conceituais com claro posicionamento explicativo quanto ao estudo de ações e ambientes continuamente planejados. Desse modo, a princípio, imaginamos poder vincular o termo àquilo que se pretende fazer, que se procura alcançar, no sentido de propósito, plano, ideia, desejo, intento etc. Afinal, os agentes coordenam algumas de suas ações mútuas consciente e intencionalmente. Contudo, uma mesma intenção pode ser interpretada diferentemente.

Mecanismo semelhante incide no elemento linguístico da categoria de pesquisa, já que, em sua forma substantiva pode ser entendida como “[...] qualquer sistema de signos simbólicos empregados na intercomunicação social para expressar e comunicar ideias e sentimentos, isto é, conteúdos da consciência” (BECHARA, 2009, p. 28). Em termos práticos, uma nova dimensão para falhas de execução ou, mais precisamente, um lugar privilegiado para as tão alegadas “falhas de comunicação” dos diagnósticos administrativos. Mesmo porque, dizer as coisas como realmente são no nível da consciência íntima, traduz uma abstração, um tipo ideal onde apenas num dos extremos a expressão dita e entendida seria idêntica ao conteúdo originalmente imaginado. Ilustrativamente, uma empreitada inglória se tomada a partir dos fluxos unidirecionais da burocracia clássica, ainda em voga nas organizações contemporâneas.

São dimensões constituintes da linguisticalidade: criatividade, materialidade, semantacidade, historicidade e alteridade. Destacamos o último elemento como demandante de cuidados consideráveis: “[...] o significar é originariamente e sempre um “ser com outros”, próprio da natureza político-social do homem [...]; [...] traço distintivo do significar linguístico em relação aos outros tipos de

“conteúdo” das formas de expressão [...]” (BECHARA, 2009, p. 29-30). Ou seja, que o processo falante-ouvinte se fragmenta durante seu desenvolvimento, sendo o único para cada pessoa participante. Algo que apenas vem atestar a chance de dissonância interpretativa, tanto em termos absolutos quanto relativos. Além disso, por fim, e no limite, ainda haveria de se levar em conta tudo quanto acompanhasse a linguagem, já que não falamos só pela língua concreta, mas por meio de gestos, tom, mídia, pausas etc.

Logicamente, a consensualidade resta como lugar do conflito e da co- operação. Desafortunadamente, esse elemento é pouco ou nada utilizado em termos formais, enquanto instrumento de gestão. Num plano mais geral, da rede local, sua consecução objetivaria construir níveis de concordância, passíveis de teste e rearranjo a cada contexto de ação, por meio de experiências mais ou menos intensas quanto ao lugar ocupado por cada sujeito. Como destaca Fraser (1987), é mesmo difícil imaginar um contexto da ação humana em que as ações sejam coordenadas com total ausência de consenso. Especialmente quando se verifica sua reprodução, e a estrutura social é ativada e observada repetidamente.

A normatividade parece ser o elemento conceitual mais utilizado pela literatura em gestão, reconhecidamente de forte potencial inovador. Em geral, diretamente relacionada a um conjunto de regras explícitas sobre processos definidos, abarcando, no limite, valores morais mais ou menos ocultos. Aqui, também, é difícil imaginar um contexto de ação humana em que as ações sejam coordenadas com total ausência de normas, mesmo que presentes apenas nas mentes das pessoas que as compartilham.

Finalmente, temos a estrategicidade, dúbia como deve ser. Tendo em vista uma escala micro classificatória, podemos caracterizá-la em pelo menos dois sentidos: (1) voltada a ações calculadas maximizadoras de utilidade (recursos como poder e dinheiro), em detrimento ou oposição às demais pessoas, também sujeitos da relação intersubjetiva, visando à vitória e ao sucesso frente ao outro; (2) pode ainda denotar a arte de aplicar com eficácia os recursos de que se dispõe ou de explorar as condições favoráveis de que porventura se desfrute, visando ao alcance de determinados objetivos (im)personais. Mas isso tudo em tese, porque apenas a observação das práticas pode delimitar significados reais.

Caberia ainda reforçar a necessidade analítica de que cada elemento contextual seja visto relacionalmente. Afinal, objetivamos uma construção em rede a partir de base classificatória, cujos componentes devam ser evidenciados pelo contraste na comparação. Mesmo porque, todos eles podem estar presentes em diferentes graus e, nesse caso, suas fronteiras dependeriam da mera interpretação do analista. Assim, as distinções entre os contextos de trabalho metodologicamente acompanhados precisariam ser baseadas em diferenças de nível, em termos relativos, nunca absolutos. Qualquer tipo ideal, que viesse caracterizar um caso extremo, mais pareceria uma abstração levada artificialmente às últimas

consequências. Procuramos, então, proporções e interações contextuais esclarecedoras, como que, estabelecendo limites à atenção junto a cada possível elemento conceitual, exclusivamente, no sentido de explicar a ativação da(s) categoria(s) analisada(s).

Dessa forma, tais “variáveis”, descritivas e explicativas, seriam estudadas como conjunto constitutivo de representações organizadas da realidade, em acordo às visões de mundo disseminadas entre os atores locais. Por seu turno, a tradução em termos dos seis elementos conceituais coletados por entre os contextos de ação pesquisados garantiria a possibilidade de relativização e comparação - entre padrões locais hegemônicos, marginais e emergentes. Ou seja, teríamos um conjunto de representações da categoria social organizadas por conjuntos de atores diversos. Essa é a realidade a ser modelada em redes sociais parciais (BAR-NES, 2010).

O caminho apontado, de ampliação conceitual a partir do elemento conceitual econômico, viria ainda permitir o desenvolvimento de tecnologias sociais aplicáveis à formatação de novas ferramentas gerenciais específicas. Tratar-se-ia de movimento que buscasse aliar os demais elementos conceituais, presentes na ação social, complementarmente às análises funcionalistas internas ao campo das organizações. Com isso, a percepção dos contextos de ação organizacional ganharia em objetividade e sustentabilidade, perdendo em violência. Senão, é melhor ficar com o velho jargão que reza: *a teoria na prática é outra*.

REFERÊNCIAS

- ALCHIAN, A. Uncertainty, evolution and the Economic Theory. **Journal of Political Economy**, Chicago, n.58, p. 211-221, jun. 1950.
- ARROW, K. Economic welfare and the allocation of resources for invention. In: NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH. **The Rate and direction of inventive activities: economic and social factors**. Princeton: Princeton University Press, 1962, p. 609-626.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas - Métodos**. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2010. p.171-204.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BLOCH, V. Uma nova era desponta para os recursos humanos. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, Ano 14, p. D3, 30 jan. 2013.
- COLOMBO, J. Teles perdem US\$ 65 bi com investimentos malsucedidos. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, Ano 13, p. B3, 14 set. 2012.
- D'ASCENZI, L. **Cultura e Inovação em Organizações**. Curitiba: Appris, 2015.
- D'ASCENZI, L.; LIMA, L.L. Etnografia customizada: Tempo e Espaço sob a óptica empresarial. **Ideias**, Campinas, n. 9, p. 11-40, 2014.

- DASGUPTA, P.; STIGLITZ, J. Industrial Structure and the Nature of Innovative Activity. **The Economic Journal**, Londres, v.90, n.358, p. 266-293, 1980.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- FRASER, N. Que é crítico na Teoria Crítica? In: BENHABIB, S. (Org.). **Feminismo como Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987, p. 38-65.
- GEERTZ, C. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- GRAMSCI, A. **A Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- KREPS, D. **Game Theory and Economic Modelling**. UK: Clarendon, 1990.
- KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Orgs.). **Economia Industrial**. Rio: Elsevier, 2002.
- NELSON, R.; WINTER, S. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- OUCHI, W. **Theory Z: How American Business can meet the Japanese Challenge**. New York: Perseus, 1981.
- PENROSE, E. Biological Analogies in the Theory of the Firm. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v.42, n.5, p. 804-819, 1952.
- PEPIN, N. Cultura de Empresa. Nascimento, Alcance e Limites de um Conceito. **Mosaico: Revista de Ciências Sociais**, Vitória, v.1, n.1, p. 267-293, 1998.
- PORTER, M. **Vantagem Competitiva**. Rio: Editora Campus, 1989.
- RUBEN, G. R. Teoria da Identidade: Uma Crítica. **Anuário Antropológico**, Brasília, n.86, p. 75-92, 1988.
- SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SCHEIN, E. **Organizational Culture and Leadership**. San Francisco: Jossey-Bass, 1985.
- SCHUMPETER, J. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- SIMON, H. **Administrative behavior: a study of decision-making processes in administrative organization**. New York: Free Press, 1965.
- TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Managing Innovation: Integrating technological, managerial and organizational change**. UK: Wiley, 2001.
- TRACHTENBERG, J. A evolução do pensamento de Greenspan. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, Ano 14, p. C13, 5 fev. 2013.
- TURNER, V. **The ritual process: structure and anti-structure**. London: AldineTransaction, 2007.

Submetido em: 02/02/2017

Aprovado em: 09/05/2017

